

## UM OLHAR SOBRE A LEITURA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Taiane Barbosa Ferreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** *O interesse pelo tema resulta do fato de estarmos diante de um contexto social em que é cada vez mais urgente a necessidade de formar cidadãos leitores. Durante muito tempo, a escola brasileira fora marcada por um processo de ensino e aprendizagem que fazia do ato de ler mais uma exigência burocrática do que algo prazeroso. Nesta perspectiva, alfabetização restringia-se à aquisição mecânica da leitura e escrita. Porém, esta realidade começa no início dos anos 80 a dar sinais de mudanças, sendo substituído por uma concepção de ensino e aprendizagem mais construtiva. Foram decisivas no desejo de formar professores leitores, as experiências desenvolvidas no Programa Alfabetização Solidária – Alfasol – voltado para Alfabetização de Jovens e Adultos que, em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, atua junto ao município de Rafael Jambeiro que apresenta elevado índice de analfabetismo. Na atuação como Coordenadora Setorial do município citado, constatamos um desinteresse por parte dos professores alfabetizadores do PAS, no que tange ao ato de ler os textos de estudos, encaminhados pelo Programa. A partir de tal posição, procuramos de imediato compreender quais implicações esta postura proporcionaria ao processo de alfabetização, visto que o professor alfabetizador precisa ser bom leitor para incentivar seus alunos. Por isso, preocupados com esta atitude, fizemos uma pesquisa descritiva, na forma de estudo de caso, utilizando como instrumentos para coletas de dados, entrevistas, questionários, observações, pois nosso maior intuito é trazer para estes profissionais um novo olhar sobre o importante papel da leitura.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização; Professores leitores; Alfasol

### INTRODUÇÃO

A leitura é considerada por muitos estudiosos como instrumento de poder, uma arma a favor da transformação social. O escritor Monteiro Lobato resume esta idéia narrando “um país se faz com livros e homens”. Porém, diante de um mundo em constantes e intensas transformações, esta, como uma representação histórica-social, assume outros contornos. No ambiente escolar, esta se insere na necessidade de ser desenvolvida quotidianamente, tanto por professores quanto por alunos.

Fazendo um paralelo entre alfabetização e leitura, acreditamos que este é o momento essencial na formação de leitores. No ato de ler, o autor convida o leitor a interagir com o texto. Mas esta interação só acontecerá, satisfatoriamente, quando a mesma for conduzida pela escola e mediada, na sala, por um professor que, de um ponto de vista interacionista, está intimamente ligado a atender a exigência dessa difusão.

Na direção de formar um país de leitores, feira e mais feiras de livros de grandes dimensões são promovidas. Embora haja da sociedade um apelo para esta formação, no geral, fomos vítimas de uma escola que restringiu a leitura a mais uma atividade no processo de acúmulo de informação. Aprendemos a ler mecanicamente, mais preocupado em responder aos exercícios propostos do que entender o significado do texto.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, orientada pela Professora Nadja Maria Lima Maciel.

A partir do exposto, delinearemos, no artigo ora apresentado, uma pesquisa de campo; buscamos compreender quais implicações o desinteresse dos alfabetizadores em ler os textos de estudos propostos pelo Programa Alfabetização Solidária, afeta um processo de alfabetização que se deseje o mais construtivo possível. Para consolidação deste artigo, acompanhamos, por cerca de quatro meses, doze alfabetizadores do Programa no município de Rafael Jambeiro, interior da Bahia.

No desejo de manter uma organização clara, optamos por dividir a pesquisa em seções. Assim, a primeira ousa possibilitar aos leitores conhecer um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos; a segunda os fundamentos das correntes pedagógicas e sua relação com a alfabetização e, por fim, às implicações da pesquisa de campo.

## **BASES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos, ao longo da história da educação no país, nunca foi legitimada como um direito de fato. Esta sempre trilhou caminhos tortuosos. De modo geral, tivemos campanhas emergenciais e assistencialistas organizadas em parceria com os estados, municípios e entidades privadas, utilização de organizações comunitárias, recursos insuficientes e salas formadas pelos famosos “professores voluntários”. Para Haddad (1994, p.86), o EJA no caso brasileiro:

É mais uma educação para os pobres, para os jovens e adultos das camadas populares, para aqueles que são maioria nas sociedades de Terceiro Mundo, para os excluídos do desenvolvimento e dos sistemas educacionais de ensino. Mesmo constatando que aqueles que conseguem ter acesso ao Programa de EDA são os com melhores condições entre os pobres, isto não retira a validade intencional do seu direcionamento aos excluídos.

No período colonial, as atividades econômicas não exigiam o estabelecimento de escolas para população adulta. O surgimento destas se dará por volta de 1870, devido ao surto de progresso deste período. Seu crescimento acompanhará o sistema elementar de ensino durante os últimos anos da Primeira República.

São apontados nos anos 30, as primeiras iniciativas sistemáticas com relação à educação básica de jovens e adultos, quando a oferta de um ensino público, gratuito e obrigatório se torna direito de todos.

O fim do Estado Novo e 2ª Guerra Mundial, os ideais democráticos, a necessidade de o país incrementar a produção econômica e aumentar as bases eleitorais dos partidos políticos foram fatores determinantes para os rumos dados ao EJA. É de 1947 a primeira Campanha de Educação de Adolescente e Adultos (CEAA), criada especialmente para o campo.

No princípio dos anos 60, o país prepara-se para enfrentar novas eleições. O problema do voto do analfabeto e da representatividade do sistema “democrático” é levantado, visto que o país tinha elevado índice de analfabetismo. É também neste período que o movimento voltado para a cultura popular, expressões artísticas do povo e o sistema Paulo Freire. (FREIRE, 1979.p.30)são evidenciados. Um novo paradigma teórico e pedagógico será lançado:

Se antes a alfabetização de adulto era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos se antes os textos geralmente oferecidos como leitura dos alunos escondiam muito mais do que desvelam a realidade, agora, pelo contrário,

alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura de mundo e da palavra.

De acordo com Paiva, o ano de 1963 e os primeiros de 1964 marcaram no país constantes ameaças de golpes e contra-golpes. A multiplicação dos programas de alfabetização de adultos aparecia como algo ameaçador aos grupos direitistas. Não parecia mais haver esperança de conquista se o novo eleitorado fosse ele criado pela concessão do voto ao analfabeto ou alfabetização em massa.

No Brasil, dá-se início à época em que o Estado será comandado pela tecnoburocracia militar e civil, aliada ao capital internacional. Assistiremos aos anos do Regime Militar. Regime esse que proporcionará ao EJA, no de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Paiva (1987, p.293) caracteriza o movimento:

Definia, então, a alfabetização funcional: ela deveria visar à valorização do homem pela aquisição das técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo e o aperfeiçoamento dos processos de vida e trabalho e a integração social pelo homem, através do seu reajustamento à família, à comunidade local e a Pátria.

Em 1985, o regime autoritário dá sinais de declínio. Ganha força a idéia e a prática de uma educação popular. Renascia a sociedade civil. Aos poucos a escola abre espaço para uma pedagogia mais construtiva, em vez da tecnicista oficializada pelo Estado. Também presenciaremos a substituição do Mobral pela Fundação EDUCAR. Segundo as Diretrizes Curriculares de Educação de Jovens e Adultos (2001), esta Fundação, extinta em 1990, não executava diretamente os programas, mas atuava com o apoio financeiro e técnico de ações de outros níveis.

Ao longo da década de 1990, a educação brasileira como um todo viverá um clima de intensa efervescência; o mundo foi tomado por mudanças profundas; a revolução científica e tecnológica, como fato global, mudou os paradigmas de produção e transformou, radicalmente, o cotidiano das pessoas; a Globalização, com sua política Neoliberal, foi forte concorrente para diferentes posturas desencadeadas pelo Estado.

De acordo com Kleiman (2001), os fatores sociais e políticos são apontados como algo relevante para explicar o fracasso da alfabetização de jovens e adultos, porém estudos apontam que os programas desenvolvidos na área, embora necessários para o desenvolvimento dos grandes grupos marginalizados pela pobreza, não são o suficiente para integrá-los na classe dominante. A vontade política será crucial para mudar tal situação.

## **PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO**

Diante de uma sociedade em contínuo processo de mudança, a alfabetização nunca se completa. Até pouco tempo, ser alfabetizado, no Brasil, restringia-se a saber escrever um bilhete. Atualmente, num mercado de trabalho cada vez mais exigente, ao adulto recém-alfabetizado são cobradas outras competências que a alfabetização, como processo de aprendizagem, deve conceber.

[...] não se deve privilegiar a mera codificação e decodificação de sinais gráficos no da leitura/escrita, mas sim respeitar o processo de simbolização-e este a criança, [adulto] vai percebendo que a escrita representa, na medida do próprio desenvolvimento da alfabetização. (TFOUNI, 1995, p.15)

À luz do exposto, percebemos a intrínseca relação entre o processo de alfabetização e o modelo social vigente. No entanto, antes de entendermos essa ligação e o grande incentivo proporcionado à leitura, devemos conhecer a teoria empirista, corrente pedagógica que mais vigorou em nossas escolas e suas contribuições no processo de alfabetização.

A corrente tradicional permeou por muito tempo a concepção de ensino e aprendizagem no Brasil. Neste modelo, o professor era o detentor do saber. A proficiência do aluno era medida pela quantidade de informação veiculada pelo professor, o que tornava o processo de aquisição do conhecimento, muitas vezes burocratizado e destituído de significado pelo aluno. Criticando essa corrente, de um ensino que se “deposita” na mente do aluno, Paulo Freire, um dos autores que pensou na leitura como veículo de transformação, usou a metáfora “educação bancária” para falar de uma escola em que se pretende “sacar” exatamente aquilo que se “depositou” no aluno. “O comando da leitura e da escrita se dá a partir das palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizandos e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador”. FREIRE (1979.p.29)

Na alfabetização, o método sintético sustentava esta corrente. A cartilha, seu instrumento didático, era povoada por frases como: “A macaca cola a mala”. O objetivo do material escrito numa cartilha é apenas ajudar o aluno a desentranhar a regra do sistema alfabético: d mais a é da; d mais i é di.

Indo na direção, diríamos, oposta, no final dos anos 70 e início dos 80, ganham destaque as contribuições da psicologia genética no processo de ensino e aprendizagem. O principal representante desta teoria é o suíço Jean Piaget. O enfoque proporcionado por sua teoria traz à discussão temas de extrema relevância, ao procurar entender o desenvolvimento e aprendizagem. Neste, o centro da atividade não é mais o professor, mas sim o aluno.

No que tange à alfabetização, os estudos da Argentina Emília Ferreiro sobre a Psicogênese da Língua Escrita seguem estes princípios. Emília Ferreiro acredita que a criança pense também em adultos constrói seu conhecimento sobre a escrita. Este sujeito interage com o objeto do conhecimento – a escrita – e essa interação é mediada pelos usos e pelas funções sociais da escrita. Tfouni (1995) diz que para Ferreiro a escrita não deve ser visto apenas como “um código de transcrição gráfica das unidades sonoras”(1987,p.12), mas sim como um sistema da representação que evolui historicamente.

Há toda uma mobilização social no sentido de fazer do Brasil um país de leitores. A mídia, juntamente com os setores privados, é forte coadjuvante na consolidação dessa ação. No entanto, mesmo que tenhamos avançado nos estudos referentes aos fundamentos da Psicogênese da Língua Escrita, somos fruto de um país colonizado por quase quatro séculos e temos como legado uma enorme desigualdade social. Assim “estudos indicam que a população brasileira se acha acerca de dois anos de estudos abaixo de um país com idêntica renda per capita. Países como Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica e México se encontram dois anos a mais em termos de média de escolaridade” (CARNEIRO, 2003,p.42)

A escola, como representante histórico-social, deve começar a trabalhar em cima da construção de fluentes leitores. Sabemos que falta de uma “cultura de professores leitores” é uma realidade constante neste ambiente, e o problema toma dimensões maiores na alfabetização, visto que, para muitos estudiosos, este é o passo inicial de estímulo à leitura. Carvalho (2001, p.11) diz:

Aprender a ler como se a leitura fosse um ato mecânico, separado da compreensão, é um desastre que acontece todos os dias. Estudar palavras soltas, sílabas isoladas, ler textos idiotas e repetir sem fim exercícios de cópia, resulta em desinteresse e rejeição em relação à escrita. A maneira

como o alfabetizador encara o ato de ler determina, em grande parte, sua maneira de ensinar [...].

Assim, cabe ao professor alfabetizador, neste artigo ressaltar o do EJA, entender esses falsos pressupostos que por muito tempo a escola veiculou. Os educandos de maior idade é que mais precisam de bons modelos de leitores, principalmente num ambiente que a cultura de ler está longe de se transformar em prática cotidiana. Conforme Rosing (1996) Vygostsky (1981) e Banktin (1988), “ênfatizam o social, entendido como o conjunto de manifestações exteriores ao indivíduo, concretizado na forma de vivências e experiências cotidianas que, filtradas pela linguagem, passam a construir a formação social da mente.”

O ato de ler independe de ser um processo individual, não deixa de constituir-se ao mesmo tempo, numa prática social, uma vez que envolve pensamento e linguagem, cuja gênese é marcadamente social. Freitas (1994, p.90) nos coloca que, para Vygostsky (1984):

O homem realiza sua mediação com o ambiente por meio de instrumentos, de signos (linguagem, escrita, sistema de números etc) que são criados pela sociedade ao longo do curso da história humana, mudando a forma social e o nível de seu desenvolvimento cultural. Realiza-se assim a internalização dos sistemas de signos, produzidos culturalmente, de modo que o mecanismo de mudanças individuais ao longo do desenvolvimento tem sua raiz na sociedade, na cultura.

Desse modo, partindo das explicações acima, entendemos a falta de estímulos dos professores, mais uma razão para o mau funcionamento da leitura no país. Por isso, vamos conhecer como esse processo ocorre com os alfabetizadores do Programa Alfasol, em Rafael Jambeiro.

## **OS ALFABETIZADORES DO ALFASOL E A PRÁTICA DA LEITURA**

Mediante as visitas de acompanhamento pedagógico, no município baiano de Rafael Jambeiro, na atuação de Coordenadora Setorial do Programa Alfabetização Solidária (Alfasol), um programa de combate ao analfabetismo, observamos atitudes que inviabilizariam a formação de leitores no processo de alfabetização. Carvalho (2001, p.11) diz:

Antes mesmo de ensinar a decodificar as letras e sons é preciso mostrar aos alunos o que se ganha, o que se obtém com a leitura: mas isto só será possível por meio de atividades que façam sentido, atividades de compreensão de leitura desde as etapas iniciais de alfabetização. Caso contrário muitos continuarão pensando que a leitura é uma tarefa difícil, complicada e inútil.

Na atuação de Coordenadora Setorial do município, acompanhado pela Universidade Estadual de Feira de Santana, percebemos, nas reuniões pedagógicas, falta de interesse, por parte dos professores em ler os textos propostos pelo Programa. Texto esses que seriam de extrema relevância, na medida em que proporcionaria um novo olhar quanto ao processo de ensino e aprendizagem de Jovens e Adultos.

Por estar lidando com uma clientela de professores recém formados no Magistério, acreditávamos que as leituras compartilhadas transcorreriam sem contratemplos, no entanto, presenciamos o contrário. Desde os primeiros encontros, iniciados no final de fevereiro, do

corrente ano, identificamos falta de interesse por parte dos alfabetizadores em ler os textos propostos pelo Alfamol.

Os encontros sempre começavam com uma dinâmica de abertura. Até o momento em que fazíamos as dinâmicas e discutíamos acerca dos principais problemas encontrados no processo de alfabetização, as reuniões seguiam tranqüilamente, porém, a partir do momento em que propúnhamos a leitura de textos com no máximo duas laudas, o ambiente mudava.

É necessário salientar que, em nenhuma das observações, vimos os professores negarem-se a ler, entretanto, notamos que a leitura não era feita de forma satisfatória. Quando abríamos para discussão do texto lido, poucos ou quase nenhum dos dozes alfabetizadores se dispunham a falar sobre o texto e os poucos que falavam comentavam mais comentando sobre relatos de experiências em sala de aula do que sobre o próprio texto.

Pautados nos estudiosos e nesta postura, buscamos, num primeiro momento, conhecer um pouco o histórico-social dos alfabetizadores para, em seguida, mediado por várias entrevistas, descobrir quais implicações esta postura desencadeia no desejo de formar jovens e adultos leitores ou, pelo menos, que vejam na leitura um momento de prazer. Identificamos que a maioria dos alfabetizadores morava no campo e suas famílias sobreviviam com cerca de um salário mínimo. Vejamos:

**Tabela 1 - Caracterização sócio-econômica**

<b>ALFABETIZADOR</b>	<b>Nº de pessoas em casa</b>	<b>Nº de pessoas que trabalham</b>	<b>Nº de salários</b>
<b>ANATÁLIA</b>	04	03	02
<b>ANILDO</b>	09	03	02
<b>EDINÁLIA</b>	06	02	01
<b>GILMARA</b>	04	02	02
<b>GLICÉRIA</b>	07	01	01
<b>LUCIANA</b>	09	04	02
<b>MARCELA</b>	10	03	2 e meio
<b>MARGARIDA</b>	03	02	02
<b>MARIA SELMA</b>	02	02	01
<b>NÚBIA</b>	02	02	1 e meio
<b>VALDIR</b>	03	02	1 e meio

Num segundo momento, em uma das entrevistas, perguntamos: Em qual momento do seu cotidiano você faz uso da leitura? Por quê? E a maioria respondeu: Tínhamos contato com a leitura somente no ambiente escolar. Os poucos que não concluíram o Ensino Médio diziam: Faço uso desta somente quando exigido pelo professores.

Dentre as perguntas realizadas, a que mais os alfabetizadores tiveram dificuldades em responder foi sobre quais vantagens trazem a leitura, como processo interdisciplinar. Acreditamos que tal dificuldade está relacionada com a falta de praticidade. Observem:

“São várias as vantagens, facilita, ou seja, torna mais fácil pra lidar com o processo interdisciplinar” (Alfabetizador, Valdir, 19 anos).

“A leitura trás grande vantagens, onde todos devem e tem o direito de ser alfabetizador competente para ser um bom cidadão que será capacitado em leitura”(Edinália, 23 anos).

Para nossa surpresa, quando perguntamos se o ato de ler lhes proporciona prazer e por que, notamos que maioria dos alfabetizadores repetem mecanicamente o que o senso comum diz sobre o ato de ler. Observem:

“Sim. Porque lendo posso ir muito além de nossa imaginação” (Luciana, 21anos).

“Sim. Porque nos faz viajar por lugares diferentes, nos faz esquecer de muitos problemas” (Glicéria, 22 anos).

No intuito de esclarecê-los sobre os benefícios de um alfabetizador do EJA bom leitor, colocamos nas reuniões que a prática da leitura é necessária por várias razões: incentivar o aluno a escrever; estimular o desejo de ler; desenvolver a oralidade, além de melhorar a auto-estima. E com este incentivo percebemos, no final no módulo, maior aceitação e uma certa curiosidade em ler os textos. Nesse ínterim, dentre as iniciativas para que o nosso objetivo fosse conquistado, reativamos no ambiente de reunião uma pequena biblioteca.

No final do módulo, no intuito de sabermos quais construções eles teriam conquistado no que tange ao ato de ler e suas implicações numa alfabetização formadora de cidadão, numa sociedade cada vez mais exigente, fizemos uma dinâmica, da qual podemos inferir algo.

Dividimos a sala em círculo e pedimos aos alfabetizadores que fossem à biblioteca reativada e escolhesse alguns livros, socializando posteriormente para a turma o porquê dessa escolha. Muitos viam na leitura uma prática construtiva, contudo, o ambiente e as condições sócio-econômicas apresentadas não possibilitavam olhar a leitura como uma prática a ser desenvolvida quotidianamente. Dentre as falas sobre o porquê da escolha, destacamos:

“Olhe! Escolhi por escolher. Mas sei que ler influencia os alunos a vim para as aulas todos os dias”. (Edinália, 23 anos).

“Peguei esse porque poderia ser um livro educativo e, poderia me ajudar na alfabetização” (Núbia, 29 anos).

“Ah! Peguei este livro porque pode me servir para fazer o trabalho da escola e contribuir para alfabetizar meus alunos” (Anatália, 21 anos).

A partir das falas e das últimas reuniões, ficou evidente a preocupação dos professores em estimular na alfabetização, considerada agora o passo inicial, principal estímulo na formação de leitores do EJA.

Finalizando, ratificamos a necessidade de uma política séria, que possa atingir os lugares mais distantes dos centros urbanos, visto que, no Brasil, ler ainda é uma prática de luxo. “O Governo não dar oportunidade. Eu não tenho tempo de ler. Por isso, não aprendi a gostar” (Margarida, 40 anos).

## CONCLUSÃO

É, realmente “quem lê viaja”, porém tal viagem só será viabilizada a partir do momento em que o real desejo de ler for estimulado. Para nós foi de extrema relevância trabalhar com alfabetizadores que lidam com uma clientela, proveniente de ambientes nos quais a escrita e leitura não têm uma função prática.

Sabemos das reais dificuldades do professor brasileiro, ainda mais quando este participa, por apenas seis meses de um Programa (Alfasol), gerenciado por uma ONG. Mas queremos colocar que, independentemente dessas circunstâncias, os alfabetizadores não podem deixar de proporcionar aos nossos Jovens e Adultos momentos prazerosos de leitura.

Atualmente, há um grande incentivo por parte da sociedade na formação de leitores, entretanto, nossos alunos podem até escutar falar da Bial- muitos não têm televisão- ou

observar o livro do neto, do filho, enfim, alguém da família, porém estas serão ações indiferentes para eles.

Por tudo isso, acreditamos que o Brasil precisa, primeiramente, de ações concretas, minimizadoras da extrema desigualdade social que, em ordem Mundial, só perde para Serra Leão, na África, para posteriormente trabalhar em cima da narrativa de Monteiro Lobato.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF, 2000.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. 9 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CARVALHO, Marlene. **Guia Prático do Alfabetizador**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ática. 2001.

FREITAS, Maria Teresa A. **O pensamento de Vygotsky**. 2 ed. Campinas. São Paulo: Papirus, 1994 (Coleção magistério, formação e trabalho pedagógico).

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: em três artigos**. 23 ed. Campinas. São Paulo. 1989.

PAIVA, Ivanilda P. **Educação Popular e educação de adultos**. 5 ed. São Paulo. 1987.

PINTO, José Marcelo. R. **Financiamento da Educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002)**. In: Revista Educação e Sociedade. Campinas, v.23, n.80, setembro/2002, p.109-136.

ROSING, Tania M. K. **A formação do professor e a questão da leitura**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

TFOUNI, Leda Verniani. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995 (Coleção questões da nossa época; v.47)